



MACHOCRACIA, NEGACIONISMO HISTÓRICO E VIOLÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Aguinaldo Rodrigues Gomes (CPAQ/UFMS) - aguinaldorod@gmail.com

*É chegada a hora da reeducação de alguém
Do Pai, do Filho, do Espírito Santo, amém
O certo é louco tomar eletrochoque?
O certo é saber que o certo é certo?
**O macho adulto branco sempre no comando
E o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo**
Reconhecer o valor necessário do ato hipócrita
Riscar os índios, nada esperar dos pretos"
E eu, menos estrangeiro no lugar que no momento
Sigo mais sozinho caminhando contar o vento
- Caetano Veloso – O estrangeiro*

*Orgulhosos em ser grosseiros e preconceituosos, os
bolsominions parecem esconder certo medo de se
tornarem uma espécie em extinção.
Luís Fernando Tófoli - Psiquiatra*

Resumo: Objetivo aqui é versar sobre a relação entre “falocracia”, direitos humanos e respeito às diferenças na política brasileira, a partir do contexto sócio-político do Brasil contemporâneo. Busca-se, portanto, evidenciar como o machismo, a misoginia e a lgbtobia tem influenciado a precarização e eliminação de vidas com base na discriminação por marcadores de gênero, etnia e classe social.

Palavras chave: Machismo, Gênero, Diferença

Abstract: Purpose here to treat the relationship between "falcocracy", human rights and respect to differences in brazilian policy, from the socio-political context of contemporary brazil. It is therefore sought to evidence how machining, misogyny and lgbtopia have influenced the precarisation and elimination of lives based on discrimination by markers of gender, ethnic and social class.

Keywords: Male chauvinist, Gender, Difference



Minha proposta aqui nessa reflexão é tratar de um dos principais problemas enfrentados pela sociedade contemporânea, qual seja: como a dominação masculina, hoje mais do que nunca, travestiu-se num discurso de ódio proferido publicamente, principalmente, por homens brancos e de classe média, **heteronormativos contra os direitos humanos** e às diferenças, configurou-se como o principal traço da política ocidental e brasileira. Estamos diante de uma “androcracia” ou “falocracia”, mas em concordância com o psiquiatra Luís Fernando Tófoli prefiro chamar de “Machocracia” - regime político em que seres humanos do gênero masculino dominam a cena política e transformam o machismo, a misoginia, a lgbtfofia e o repúdio às diferenças numa pauta política que visa a precarização e muitas vezes eliminação de vidas que, na visão desse regime, não merecem ser vividas.

Um dos exemplos desse comportamento desumanizador pôde ser visualizado na imagem mais emblemática das eleições estaduais do Estado do Rio de Janeiro, quando o deputado Rodrigo Amorim (PSL), homem cisgênero, pai de dois filhos, formado em direito, promotor público e autointitulado “o advogado 100% conservador”, alcançou notoriedade e acabou se tornando o deputado mais votado (140.666 votos) após exibir, ao lado de outro parlamentar eleito deputado federal, Daniel Silveira (PSL), a placa quebrada com nome da rua que homenageia a vereadora Marielle Franco, anteriormente, colocada na Cinelândia¹. Esse ato se expressa como um claro sinal de desrespeito a memória da parlamentar e dos direitos humanos diariamente infringidos nesse país. O deputado que, ao assumir o respectivo cargo intitulou-se inimigo declarado do PSOL e de “suas pautas repugnantes”, quando contestado pela mídia e, principalmente, nas redes sociais, por sua atitude respondeu de forma irônica reduzindo a morte da vereadora à estatística da violência no Brasil, afirmando:

Marielle foi assassinada. Mais de 60 mil brasileiros morrem todos os anos. Eu vou dar uma notícia para vocês. Esses vagabundos, eles foram na Cinelândia e, à revelia de todo mundo, eles pegaram uma placa da praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e botaram uma placa escrito rua Marielle Franco. Eu e Daniel essa semana fomos lá e quebramos a placa. Jair Bolsonaro sofreu um atentado contra a democracia e esses canalhas calaram a boca. Por isso, a gente vai

¹ ALMEIDA, Pauline. Alerj: eleito que destruiu placa de Marielle quer PSL em Direitos Humanos. *UOL Notícias*, Rio de Janeiro, out. 2018. não paginado. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/19/deputado-eleito-rodriigo-amorim-psl-alerj.htm>. Acessado em: 12 maio 2019.



varrer esses vagabundos", gritou Amorim no vídeo gravado em Petrópolis e reproduzido nas redes sociais.²

Sua resposta apresenta dois pontos de inflexão a serem contestados: primeiramente justificar o uso da violência contra atos violentos; e por segundo culpabiliza de forma leviana os defensores da memória de Marielle e tudo que ela representa por um ato violento contra o então candidato à presidência da República. Ainda não totalmente esclarecido, a exemplo da morte de Marielle Franco que permanece impune a mais de um ano, já que o mandante ainda não foi identificado e punido. Novamente podemos tomar essa atitude como típica da machocracia que lê o mundo pelos parâmetros da violência, de reafirmação da fajuta solidariedade masculina e pelas atitudes autoritárias, a exemplo do corte de direitos sociais, da flexibilização das leis e do porte de armas como resposta aos problemas sociais. Não obstante, as palavras de Tófoli jogam luz acerca dessa iniciativa de poder do “*macho adulto branco sempre no comando*”:

Nossa falocracia agora vai além: ela é composta de homens orgulhosos em serem grosseiros e preconceituosos, e que debaixo de seus tesos músculos (ou barrigas flácidas) parecem esconder certo medo de se tornarem algo como uma espécie em extinção. Nossos machos em questão não aceitam a visibilidade e o protagonismo que o feminismo e as novas sexualidades vêm ganhando no cenário dos costumes, e há uma boa chance que este sentimento tenha alavancado uma considerável parte dos votos a Jair Bolsonaro.³

Tófoli aponta que há traços de psicopatia nesses comportamentos revelados por meio de palavras e atitudes, dificuldade de controlar os arroubos e de exercer a empatia, ou seja, a capacidade se colocar no lugar dos outros. O estudo citado por ele indica também a tendência desses sujeitos em associar a rigidez e autoritarismo ao sucesso profissional, e que a força muscular na parte superior do corpo levaria a visões diferentes sobre a questão da desigualdade social.

O estudo levanta uma polêmica que merece ser melhor investigada, dada a complexidade do argumento: “há, porém, evidências indiretas de que ‘explodir’ os bíceps e ‘rasgar’ os peitorais pode levar alguém a diminuir a sua preocupação com a

² Ibidem.

³ TÓFOLI, Luís Fernando. Machocracia: o homem moldado no Paleolítico que se identifica com Bolsonaro. *América Latina en Movimiento - Online*, Quito, nov. 2018. não paginado. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/196487>. Acessado em: 12 maio 2019.



desigualdade”.⁴ Contudo, merece ser considerada na medida em que a testosterona, seja no físico ou no comportamento tem caracterizado a escolha dos líderes mundiais na Venezuela, Turquia, Rússia, Polônia, Hungria, Estados Unidos e finalmente o séquito de machinhos que segue o presidente eleito no Brasil.

Segundo Tófoli: “homens ‘bombadinhos’ têm maior tendência a considerar aceitável a desigualdade social, mesmo quando não estão no topo da hierarquia socioeconômica”.⁵ E, mais uma vez, o efeito não aparece nas mulheres. Para elas, serem fisicamente mais fortes ou fracas não influencia suas visões políticas. Suas ideias se baseiam no estudo, um tanto controverso, de Michael Bang Petersen, Daniel Sznycer, Aron Sell intitulado: *A Lógica Ancestral da Política: a força da parte superior do corpo regula a afirmação do interesse próprio dos homens sobre a redistribuição econômica*⁶. Nesse estudo procura-se investigar como ao longo da história evolutiva humana, a força da parte superior do corpo tem sido um componente importante da capacidade de lutar. Aplicando a teoria de modelos evolutivos de conflito animal predizem que os atores com maior capacidade de combate tentarão mais ativamente adquirir ou defender mais recursos do que concorrentes menos fortes. Aplicando essa ideia à tomada de decisão política sobre a redistribuição de renda e riqueza entre os humanos modernos em países como Argentina, Dinamarca e Estados Unidos, concluíram que: “homens com maior força na parte superior do corpo endossam mais fortemente a posição de autobenefício e demonstram maior oposição à redistribuição de renda”. Se concordamos ou não com as bases e o resultado do estudo, talvez não seja a questão central agora, contudo parece que atualmente há uma forte ligação entre política e testosterona que busca recuperar o suposto lugar privilegiado do macho nas sociedades ocidentais.

Coincidência ou não é notável que tanto do ponto de vista político, como da imagem, parece haver certa predileção por líderes fortes, nem sempre democráticos, em detrimento das lideranças femininas e ou que demonstrem fragilidade. Seria um reflexo do contexto de incerteza do cenário econômico mundial? Ou a retomada de um projeto adormecido da dominação masculina ancorado nas representações patriarcais históricas,

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Petersen, M. B., Sznycer, D., Sell, A., Cosmides, L., & Tooby, J. (2013). The Ancestral Logic of Politics: Upper-Body Strength Regulates Men’s Assertion of Self-Interest Over Economic Redistribution. *Psychological Science*, 24(7), 1098–1103.



do século XVI, da sociedade ocidental que busca conter os avanços das pautas feministas e das novas sexualidades na sociedade e na política?

O revisionismo como estratégia política dos neofacistas

Uma das estratégias dos *machocratas* para refutar a pauta da igualdade de direitos do ponto de vista econômico, racial e de gênero é o *negacionismo histórico*. O negacionismo é ainda um termo pouco conhecido pelos brasileiros, ganhou maior visibilidade a partir das falas de políticos e eleitores do país no último pleito sufragista que em seus discursos buscaram anular as origens históricas da desigualdade econômico-social a partir da negação dos processos de exclusão historicamente constituídos no país. Por exemplo, para negar a desigualdade racial e preconceito existente no país, relativizaram o escravismo e culparam os próprios africanos pela escravidão, como afirmou Bolsonaro: “se você for ver a história realmente, o português não pisava na África, era [sic] os próprios negros que entregavam os escravos”, disse Bolsonaro numa entrevista exibida em 30 de julho de 2018, no estúdio do programa Roda Viva da TV Cultura.

Para, além disso, defenderam a retirada de direitos de populações tradicionais, a exemplo dos quilombolas, com base na meritocracia: “os quilombolas não servem nem para a reprodução” – (congresso, 05 de abril de 2017) como afirmou o então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Para a perplexidade do mundo - e principalmente dos estudiosos - negaram o holocausto, a teoria evolucionista e tomaram o nazismo como uma ideologia de esquerda. É importante frisar que esse fenômeno não é novo, ele surge logo depois dos crimes praticados por Hitler durante a segunda guerra mundial e constitui-se num movimento que por razões religiosas, conspiracionistas ou com vistas a beneficiar certos grupos rejeitam teses amparadas em estudos científicos e documentados, apoiando-se em ideias controversas e de pouca confiabilidade. Para esses grupos a terra é plana, as vacinas matam e o aquecimento global é uma invenção dos ambientalistas de esquerda para prejudicar os interesses norte-americanos. Ancorada nas ideias de Milman (2000), Monica Santana chama atenção para o fato de que o

revisionismo histórico ou Negacionismo, como ficou conhecido, começou a ser definido a partir da década de 1950 e ganhou adeptos em várias partes do mundo. Segundo Luiz Milman, “o negacionismo passa, a partir dos anos 70, a ser um elemento central de uma



estratégia que se destina a criar condições para a recomposição ideológica de grupos políticos nazistas (MILMAN,2000: 132 apud: SANTANA, 2015: 28).

Para ela, grupos extremistas tem se apropriado dessa ideia para construírem suas justificativas no processo de reorganização de movimentos identificados com o nazismo, na tentativa de recolocá-los no cenário político do século XXI, como tem ocorrido em vários países ocidentais, a exemplo do Brasil.

O desafio que os negacionistas nos apresentam [referindo-se aos historiadores] é de outra natureza: na medida em que constroem uma versão fictícia da História e que essa versão produz efeitos políticos, os negacionistas obrigam-nos não somente a refutá-los, mas fazermos uma reflexão sobre a relevância do papel da História e da *memória* para a educação humanista (MILMAN, 2000: 123 apud SANTANA, 2015: 28).

A pesquisadora argentina Violeta Delucca (2018), apontou recentemente o negacionismo como uma das pautas políticas do governo portenho. Indicando que a política educacional como tem ocorrido aqui, buscam uma doutrinação das gerações mais jovens por meio da retirada do tema da ditadura dos manuais didáticos daquele país. Em seu texto, lembra também as palavras do presidente Mauricio Macri ao portal digital *Buzzfeed*, quando afirmou: “eu não sei se foi 30 mil ou 9 mil, é uma discussão que não faz sentido”.

Para a pesquisadora o pronunciamento do presidente escancara a principal faceta do negacionismo histórico, qual seja: o processo de deslegitimação da luta por memória, verdade e justiça, relativizando as violências ocorridas no passado. Talvez justamente por esse intento de reconstruir as teorias sociais sem qualquer evidência que tem se travado uma luta, principalmente no Brasil, de desmonte da função da escola e das universidades de transmitir conhecimento com bases científicas, sem eufemismos que obscureçam o passado recente.

A jurista Lucila Carneiro Vilhena (2016) questiona, à luz do direito internacional, os limites entre liberdade de expressão e o revisionismo com fins de ofender e prejudicar a memória e os direitos de grupos que foram historicamente marginalizados. Para Lucila não se pode admitir o questionamento de fatos históricos, sem as devidas bases científicas, quando se indentifica, apenas o objetivo de causar constrangimento as vítimas de episódios passados. Indica ainda que o revisionismo



Europeu já foi tipificado como crime pelo tribunal europeu em ações que objetivavam negar o holocausto ou mesmo os crimes cometidos contra os judeus, tidos pelos conservadores europeus como: “as mentiras de Auschwitz” que buscam refutar todas as evidências documentais sobre o genocídio europeu. Vale lembrar que o ensaísta francês de extrema direita, Alain Soral, foi condenado em 15 de abril de 2019, juntamente com seu advogado considerado cúmplice, pelo Tribunal Penal de Paris a pena consistiu em um ano de prisão por contestar a existência do holocausto.

Tais discursos, além de não apresentar argumentos plausíveis, ainda podem fortalecer discursos políticos segracionistas na atualidade, como afirma a autora:

Neste sentido, não há sociedade livre e democrática que deva suportar, em nome da liberdade, danos causados por um discurso que negue a alguém a sua condição de pessoa, como claramente o movimento nazista fez aos judeus. Uma sociedade livre significa uma sociedade justa, que reconhece juridicamente todas as pessoas como titulares de uma dignidade intocável, e destinatárias de toda proteção e fim último da atividade estatal. Quando alguém nega a outrem esta condição humana através de seu discurso ofensivo, estamos diante de um limite inultrapassável à sua liberdade de expressão (VILHENA, 2016, p. 157).

Um ponto fundamental manifestado na investigação apresentada pela autora, e que deveria ser adotado no Brasil, é a tendência em âmbito civil e criminal de seguir a jurisprudência firmada no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de punir condutas revisionistas, ainda que sejam justificadas no livre direito de expressão, posto que no entendimento dos membros do Conselho da Europa ferem a dignidade da pessoa humana. O revisionismo e a machocracia parecem colaborar com as visões extremistas e de desrespeito às diferenças no Brasil, como tem ocorrido nos EUA de Trump. Ao que parece a tônica da política brasileira tem sido seguir a lógica americana de contaminação pelas ideias da extrema direita que transforma ódio em motivação para suas ações.

Nesse sentido, são valiosas as reflexões antropológicas de Adriana A. Magalhães Dias que constrói uma análise da propagação do ódio nos ambientes virtuais exposta em sua tese, defendida em 2018, no Instituto de Filosofia da UNICAMP, intitulada *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Dentre as diversas contribuições da tese destaco o empenho da autora em elucidar como os neonazistas e a extrema-direita constroem o outro como “não pessoas” ou “menos



peças”, nas palavras dela, além disso, como constroem um ativismo alicerçado no ódio pelo outro buscando sua segregação ou eliminação seja ele o judeu, o negro, o homossexual, a pessoa com deficiência, o imigrante. Essas vidas são matáveis na expressão de Agmben (2010, p.138). Esse discurso de ódio propagado contra o outro, como ocorreu nas eleições de 2018, exige que estejamos atentos ao processo pelo qual essas ideias se manifestam em nosso solo.

De acordo com Adriana Dias (2018), além dos judeus e dos negros, o nordestino foi o alvo principal da hostilização desses grupos. A esse respeito podemos lembrar as loucas “teses” separatistas provindas, em muito, das pessoas encamisadas de verde e amarelo do Sudeste brasileiro que ganharam espaço no pleito eleitoral de 2018.

Em entrevista ao jornal da UNICAMP a pesquisadora⁷ recorre a obra de Peter Gay, autor de *O cultivo ao ódio*, para nos ajudar a compreender o momento de intolerância em que o mundo está mergulhado. Ela elenca os três pilares que alicerçam a cultura do ódio que parece ter tomado conta da política contemporânea, a saber:

O primeiro, a crença na meritocracia, a ideia de que os eleitos e mais aptos têm direitos conquistados meritocraticamente, sem levar em conta as desigualdades. O segundo, que explica a cultura de violência contra a diversidade que estamos observando, passa pela construção deturpada do outro para justificar os ataques contra aqueles que roubaram seus lugares de direito, como afirma a autora: “a explicação é que o ‘outro’ roubou o lugar dele: o outro é o gay, o negro, o imigrante, o judeu, o deficiente, que são construídos como inimigos do branco que deveria ter o lugar natural”.⁸ Trata-se da alteridade/outridade negativa. E o terceiro seria o culto a masculinidade, ancorados nas ideias do líder norte-americano David Lane - que considerava natural os machos caçarem e dominarem a fêmea - vem a incitação para o sequestro de mulheres que seriam submetidas ao casamento inter-racial, que por meio do estupro promova o nascimento de filhos brancos, bem como a homofobia, o estupro corretivo de lésbicas e o estupro coletivo historicamente usado como arma de guerra. O mais assustador desse estudo é que no Brasil esse pensamento conseguiu alcançar, até 2018, 300 mil seguidores e simpatizantes.⁹

⁷SUGIMOTO, Luiz. Um mergulho no universo neonazista. *Jornal da UNICAMP*, Campinas, set. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acessado em: 12 maio 2019.

⁸ Ibidem, não paginado.

⁹ Opicit.



Machocracia, meritocracia e violência no Brasil Contemporâneo

Negando o passado histórico de desigualdade podemos defender que a meritocracia branca, heteronormativa decide quais vidas merecem ou não ser vividas ou dizimadas. Algumas frases ditas pelo então candidato à presidência da República, durante o período da última eleição presidencial (2017), nos servem para exemplificar como as ideias de meritocracia e machocracia constituem um pretexto para afirmar um suposto lugar natural e privilegiado para o homem branco e subalternizar outros sujeitos, pondo em risco a democracia.

Em relação ao desrespeito às mulheres o candidato afirmou: “mulher deve ganhar salário menor porque engravida”; “*não te estupro porque você não merece*”. Preconceito contra os negros: “Fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (2017). Sobre a política de cotas: “**Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso**” (2018). Incitação à violência: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”; “Pinochet devia ter matado mais gente”.¹⁰

Alguns acontecimentos também demonstram que a plataforma machocrata do governo contaminou alguns de seus seguidores, que passaram a incitar a violência e muitas vezes exercê-la sem o menor pudor. Uma reportagem do jornal *O Dia* pode explicar essa ideia. A reportagem publicada em outubro de 2018 com o título *Discurso de Jair Bolsonaro legitima violência nas ruas, dizem especialistas*¹¹, alertava para o perigo que o discurso polarizado do candidato poderia causar na sociedade e que continua incitando.

Um primeiro caso relacionado a como a política foi tomada pelo ódio diz respeito ao caso de Moa do Catendé. Durante o primeiro turno das eleições um mestre de capoeira foi assassinado com 12 golpes de faca após um bate-boca de bar em que declarou apoio ao PT no respectivo pleito e o autor das facadas era eleitor de Jair Bolsonaro. Outro

¹⁰ Frase citadas na reportagem da carta capital. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>, acessado em 16/05/2019.

¹¹ O DIA. Discurso de Jair Bolsonaro legitima violência nas ruas, dizem especialistas. Rio de Janeiro, out. 2018. <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2018/10/5582852-discurso-de-jair-bolsonaro-legitima-violencia-nas-ruas-dizem-especialistas.html>. Acessado em: 14 maio 2018.



caso, em Recife, ocorreu com uma jornalista que foi ameaçada de estupro por dois apoiadores de Bolsonaro. De acordo com a reportagem: “a mulher, que teve o rosto e os braços cortados, o agressor teria dito: ‘quando o comandante ganhar, essa imprensa toda vai morrer’”. Nas redes sociais, o clã de apoiadores fervorosos de Bolsonaro condenava as conquistas dos novos sujeitos políticos como negros, mulheres, população lgbtq e indígenas, acusando-os de serem privilegiados em detrimento da maioria, sendo essa escala nebulosa nesse país.

No sábado anterior às eleições, Julyanna Barbosa, uma transsexual ex-vocalista da Furacão 2000, foi agredida com golpes de barras de ferro, socos e chutes no Rio de Janeiro. A vítima registrou Boletim de Ocorrência na 56ª DP e disse que, antes de começar a ser agredida, ouviu a seguinte frase: “Bolsonaro vai ganhar para acabar com os veados, essa gente lixo tem que morrer”. É importante frisar que a maioria dos ataques se deu e se dá contra as “minorias” e, majoritariamente, praticado por homens. Segundo a pesquisadora Daniela Lima, em entrevista para o jornal *O Dia*, “o avanço das conquistas das minorias, por menor que seja, representa, para as pessoas que sempre foram privilegiadas - ou seja, o perfil do eleitor do Bolsonaro -, uma ameaça a seus privilégios”. “A gente pode citar uma série de declarações dele, de seus filhos, que de alguma maneira legitima a violência dessas pessoas, que transformaram sua insatisfação em discurso de ódio”, afirma Daniela. “E isso recai fundamentalmente sobre as minorias, em especial as mulheres, porque foram as mulheres que tomaram a frente”, conclui.¹²

Conclusão

O pesquisador Luiz Felipe Miguel (2016) chama atenção para o fato de que a perseguição às minorias e o combate à “ideologia de gênero” funciona como pano de fundo para a manutenção dos privilégios econômicos, sociais e políticos dos conservadores. Neste caminho, o mesmo autor afirma que

é aí que o fundamentalismo e o ultraliberalismo se encontram: de diferentes maneiras, ambos veem o Estado como o inimigo a ser combatido. E ele é esse inimigo exatamente porque, nele, vigoram – ainda que de maneira muito insuficiente – regras de igualdade que ameaçam as hierarquias que se

¹² Ibidem, não paginado.



reproduzem seja nas relações de mercado, seja na esfera doméstica. O slogan da educação “neutra” esconde a compreensão de que a escola precisa ser neutralizada, para que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos possa ser absoluta. O espantinho da doutrinação dos alunos por professores “esquerdistas”, pretexto para a criminalização do pensamento crítico em sala de aula, serve para frustrar o objetivo pedagógico de produzir cidadãos e cidadãs capazes de reflexão independente, respeitosos das diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel, individual e coletivo, na reprodução e transformação do mundo social (MIGUEL, 2016: 617).

É em defesa da manutenção de privilégios desses sujeitos do homem branco, capitalista, rico, heterossexual e de suas famílias, que se erguem esses discursos reacionários. Portanto, as referidas práticas discursivas consistem na tentativa de silenciar outras experiências corporais, afetivas e sexuais em nome da hegemônica patriarcal, eurocêntrica e cisgênera que esses discursos e práticas se constituem.

A construção de uma democracia efetiva no Brasil passa, necessariamente, pela elaboração de dispositivos efetivos que garantam o combate à violência e fomentem às liberdades individuais, inclusos aí temas como corpo, sexualidade, gênero, entre outros. Butler em sua obra *Quadros de Guerra – Quando a vida é passível de luto?* trata da violência como um modo cultural de regular decisões afetivas e éticas que implicam no enquadramento seletivo e diferenciado da violência. Nessa obra sua tese central é do não enquadramento, ou melhor dizendo, das molduras pelas quais apreendemos ou não a vida dos outros como perdida ou lesada através de operações normativas de poder. Suas problematizações iniciais sobre *o que é uma vida?* Nos permite inferir que o “ser da vida” é constituído por meios seletivos, mecanismos específicos de poder ou mesmo normatividades, mediante aos quais a vida é produzida dentro das molduras das relações de poder. Butler destaca que a simples constatação de que existem vidas precárias não é suficiente, há ainda o problema da responsabilidade para com elas, pois muitas vezes a apreensão da precariedade pode levar a pontencialização da violência. Constantemente, a percepção da vulnerabilidade física de certo grupo pode aumentar o desejo de destruí-las.

Dessa feita, poderemos conceber os limites éticos, estéticos e normativos que nos permitem superar a ideia de que certas vidas não podem ser consideradas perdidas e senão forem antes de tudo consideradas vivas. Assim, como nas guerras, considera-se muitas vezes a tortura como aceitável ou do enquadramento, tolera-se que pessoas



sejam mortas, mulheres estupradas e crianças abandonadas em nome de uma suposta defesa das democracias, mas que regime democrático é esse que torna a vida precarizada? É importante destacar também aqui que, para Butler, é impossível pensar o “ser” fora de sua relação com qualquer organização social e política. Em suas palavras:

O “Ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, as normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. (BUTLER, 2015: 15).

O que podemos depreender do trecho citado é que a produção do ser/corpo é modelada pelas normas sociais. Esse corpo será regulado por forças sócio-políticas e pela sociabilidade que tornaram ou não sua subsistência e prosperidade possível. Retomando a palavras de Tófoli, ao que parece a machocracia brasileira já dá os primeiros sinais do seu projeto de subalternização dos corpos que afrontam a heteronormatividade, resta saber se isso será temporário, como reflexo do avanço das pautas que questionam o poder estabelecido do macho ou veio para ficar; refundando as bases de um patriarcado colonialista do século XVI que impingiu tanta dor e violência a essa sociedade tão rica e diversa. Depende de nós pôr fim a esses desmandos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pauline. (2018). Alerj: eleito que destruiu placa de Marielle quer PSL em Direitos Humanos. *UOL Notícias*, Rio de Janeiro, out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/19/deputado-eleito-rodrigo-amorim-psl-alerj.htm>. Acessado em: 12 maio 2019.
- BUTLER, Judith. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DELUCCA, Violeta. (2018). La lucha en pie: los jóvenes y el grito del “nunca más”. *Letras, La Plata*, n. 7, dec, p. 51-56. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/73318>. Acessado em: 12 maio 2019.
- DIAS, Adriana Abreu Magalhães. (2018). *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas, SP : Unicamp.
- O DIA. (2018). Discurso de Jair Bolsonaro legitima violência nas ruas, dizem especialistas. Rio de Janeiro, out. <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2018/10/5582852-discurso-de-jair-bolsonaro-legitima-violencia-nas-ruas-dizem-especialistas.html>. Acessado em: 14 maio 2018.
- PETERSEN, Michael Bang; SZNYCER, Daniel; SELL, Aaron; COSMIDES, Leda; TOOBY, John. (2013). The Ancestral Logic of Politics: Upper-Body Strength Regulates Men’s Assertion of Self-Interest Over Economic Redistribution. *Psychological Science*, 24(7), 1098–1103.



SANTANA, Monica da Costa. (2015). Revisionismo histórico online: Valhalla88, o difusor da intolerância na América do Sul (1997-2007). Em tempo de histórias, n. 27, Brasília, ago-set. 27-47. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/emtempos/article/download/18367/13194>.

Acessado em: 12 maio 2019.

SUGIMOTO, Luiz. (2018). Um mergulho no universo neonazista. *Jornal da UNICAMP*, Campinas, set.. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acessado em: 12 maio 2019.

TÓFOLI, Luís Fernando. (2018). Machocracia: o homem moldado no Paleolítico que se identifica com Bolsonaro. *America Latina en Movimiento - Online*, Quito, nov. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/196487>. Acessado em: 12 maio 2019.

VILHENA, Lucila Carneiro. (2016). A negação de fatos históricos como abuso da liberdade de expressão? um exemplo europeu. *Revista Dat@venia*, Campina Grande, v. 8, n. 1, p.150-169, jan./abr.